

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 3.291 - US  
(2019/0229953-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE** : F M C  
**ADVOGADO** : CYNTHIA SIMÕES RAMOS DE MEDEIROS - SP348567  
**REQUERIDO** : P C

**DECISÃO**

F. M. C. requereu a homologação da sentença estrangeira proferida pela Vara de Família e Sucessões do Tribunal de Primeira Instância do Estado do Massachusetts, Estados Unidos da América, que dissolveu seu casamento com P. C. e ratificou o acordo de separação entre eles celebrado, o qual foi incorporado ao texto do título.

O requerido anuiu ao pedido (fl. 67), o que dispensa o procedimento de citação.

O Ministério Público Federal não se opôs à homologação (fl. 73).

É o relatório. Decido.

Para ser homologada no Brasil, a sentença estrangeira deve reunir os seguintes requisitos: a) ter sido proferida por autoridade competente; b) ter sido precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia; c) ser eficaz no país em que foi proferida; d) não ofender a coisa julgada brasileira; e) não conter manifesta ofensa à soberania nacional, à ordem pública, à dignidade da pessoa humana nem aos bons costumes (arts. 963 do CPC, 17 da LINDB e 216-C a 216-F do RISTJ); e f) estar acompanhada de tradução oficial e de chancela consular ou apostila, salvo disposição que as dispense prevista em tratado.

Os documentos necessários à pretensão foram devidamente apresentados. Constan dos autos a sentença estrangeira de divórcio (fl. 14) e o acordo de divórcio (fls. 15-22), acompanhados de apostila (fl. 13) e traduzidos por profissional juramentado no Brasil (fls. 23-34), bem como a comprovação do trânsito em julgado (fl. 66).

Ademais, a pretensão preenche os requisitos legais e regimentais.

Ressalte-se que a requerente retomou o nome antigo após o divórcio, conforme disposto na sentença (fl. 14).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, **homologo o título judicial estrangeiro de divórcio e estendo os efeitos da homologação ao acordo por ele ratificado.**

Expeça-se a carta de sentença.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

